

Investimentos de R\$ 14,7 bilhões em 2006

DINALICE NUNES
BRASÍLIA

Com a elevação da projeção do Produto Interno Bruto (PIB), cresce também a receita do governo federal e, consequentemente, o Orçamento. De acordo com a proposta orçamentária para 2006, entregue ontem pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, ao Congresso Nacional, o governo estima para 2006 uma expansão de 4,5% do PIB. Com o crescimento, a soma das riquezas do país deve chegar em 2006 a R\$ 2,138 trilhões. Para este ano, a previsão é de aumento de 3,4%, para R\$ 1,951 trilhão.

Como proporção do PIB, a receita prevista pelo governo para o ano que vem fica praticamente estável em relação a esse ano. No entanto, como o próprio PIB deve crescer, as receitas serão automaticamente maiores. Para 2006 o governo prevê R\$ 523,3 bilhões em receita, ou 24,48% do PIB. Neste ano, a receita prevista era de R\$ 476,3 bilhões, mas a proporção do PIB é praticamente a mesma, 24,4%. Deste montante, os investimentos devem totalizar R\$ 14,7 bilhões.

Neste ano a base de projeção para os investimentos é de R\$ 14,1 bilhões e, de janeiro a julho deste ano foram empenhados 47%. Ainda com base na receita, R\$ 389,5 bilhões serão destinados às despesas, 18,22% do PIB. Desse total, R\$ 99 bilhões seguem para pessoal e encargos sociais, R\$ 159,6 bilhões para benefícios da Previdência e R\$ 130,9 bilhões para outras despesas de custeio e capital. Neste ano as despesas devem somar R\$ 357,1 bilhões, ou 18,29% do Produto Interno Bruto.

As receitas administradas do governo federal devem totali-

zar R\$ 347,4 bilhões ou 16,24% do PIB no próximo ano. Para este ano a estimativa é de R\$ 321,6 bilhões, ou 16,46% do PIB. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que a partir do próximo ano a receita administrada não ultrapasse 16% do PIB. Segundo

Proposta orçamentária também prevê salário mínimo de R\$ 321 e mantém meta de superávit primário em 4,25% do PIB

Bernardo, o excedente terá de ser direcionado a despesas obrigatórias, investimentos e desoneração fiscal. Essa sobra deverá ser de 0,25% do PIB, cerca de R\$ 5 bilhões, dinheiro que já tem destino certo. Do total, R\$ 1,2 bilhão será destina-

do para Previdência; R\$ 1,5 bilhão vão para aumento de salário de pessoal e R\$ 1,12 bilhão para desoneração de tributos, já excluídos os repasses constitucionais a estados e municípios. Haverá também mais R\$ 602 milhões previstos para investimentos.

O orçamento de 2006 terá um total de R\$ 1,676 trilhão. Desse valor, R\$ 835 bilhões são para refinanciamento da dívida pública; outros R\$ 90 bilhões para amortização e R\$ 178 bilhões para pagamento de juros. No restante R\$ 573 bilhões, o governo terá R\$ 83,45 bilhões para as chamadas despesas discricionárias (custeio e investimento).

Os gastos sociais subirão para R\$ 55,93 bilhões, cerca de R\$ 7,8 bilhões sobre o orçamento disponível em 2005, de R\$ 48,137 bilhões. No montante estão gastos com saúde, que crescem de R\$ 32,77 bilhões

para R\$ 37,1 bilhões, e com educação para R\$ 8,01 bilhões, ante R\$ 7,16 bilhões em 2005. Para infra-estrutura são R\$ 11,72 bilhões contra R\$ 10,7 bilhões atuais. Os investimentos devem sair de R\$ 14,1 bilhões para R\$ 14,7 bilhões.

Somente as estatais devem investir R\$ R\$ 41,695 bilhões em 2006, ante o programado de R\$ 36 bilhões para este ano. Na produção, que inclui os ministérios da Agricultura, Desenvolvimento, Desenvolvimento Agrário e Turismo, as verbas disponíveis sobem de R\$ 2,892 bilhões para R\$ 3,904 bilhões.

A proposta de orçamento para 2006 contempla um salário mínimo de R\$ 321, o que resulta em um impacto de R\$ 3,4 bilhões nas contas do governo no próximo ano. Essa projeção foi feita com base num reajuste de 5,03% pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e de 1,94% pela variação real do PIB per capita. Mesmo com o salário mínimo maior, a expectativa do governo é que o déficit da Previdência Social aumente menos em 2006 do que neste ano. Para o ano que vem o déficit deve somar R\$ 39 bilhões, 1,83% do PIB. De 2003 para 2004 o déficit saltou de R\$ 24,5 bilhões para uma projeção de R\$ 38,3 bilhões, ou 1,98% do PIB.

Na área de infra-estrutura, o importante destaque do plano de orçamento foi o aumento das verbas para o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), obras de infra-estrutura que poderão ter suas despesas descontadas da meta de superávit primário. Para 2005 serão R\$ 2,8 bilhões e em 2006 deverão ser R\$ 3,307 bilhões, ou 0,15% do PIB.

O valor, porém, supera os R\$ 3 bilhões previstos na LDO do próximo ano.